



A centralidade do trabalho na chamada era informacional

The centrality of work in the so-called information era

Rogério CASTRO*

 <https://orcid.org/0000-0001-8134-7177>

Resumo: O texto que se segue buscará abordar como, a partir das transformações na esfera produtiva (pós-1950), as primeiras teses sobre o fim da centralidade do trabalho começaram a ganhar corpo. Para isso, irá se estruturar a partir de dois momentos: primeiro, buscará explicitar o significado da tese da centralidade do trabalho, aqui entendida também como *modelo da práxis social* (ou protoforma da vida social) – algo muito mais amplo do que a diminuição do trabalho vivo na indústria. Em seguida, iremos abordar, de modo panorâmico, algumas das principais (e primeiras) teses que passaram a advogar a perda da importância decisiva do trabalho (e dos seus agentes) na reprodução da sociedade, as suas consequências, assim como iremos situar o sentido dessa afirmativa no início do século XXI à luz do que vem sendo chamado de *precarização estrutural do trabalho* na chamada era informacional-digital.

Palavras-chave: Trabalho. Centralidade do trabalho. Reestruturação produtiva. Precarização. Uberização.

Abstract: This article addresses how, from transformations in the productive sphere (post-1950), the first theses regarding the end of the centrality of work began to gain substance. Firstly, it seeks to explain the meaning of the thesis of the centrality of work, understood here as a *model of social praxis* (or a protoform of social life) – something much broader than the reduction of live work in the industry. Secondly, it broadly addresses some of the main (and early) theses that approached the loss of the key importance of work (and its agents) in the reproduction of society, its consequences, it also places the significance of this at the beginning of the 21st century considering the *structural precariousness of work* in the so-called informational-digital era.

Keywords: Work. Centrality of work. Productive restructuring. Precariousness. Uberization.

Submetido em: 23/12/2021. Revisado em: 8/12/2022. Aceito em: 13/12/2022.

Introdução

As transformações ocorridas no âmbito da produção material de bens de consumo há mais ou menos três quartos de século suscitaram sociólogos e pensadores a afirmarem que o longo período em que as sociedades eram regidas pelo trabalho humano – e, por conseguinte, com o papel de destaque exercido pelos seus executores – havia chegado ao fim¹. O uso cada vez mais ampliado das tecnologias (automação, etc.) no processo produtivo – a

* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor vinculado ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (MASS-UECE) pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado-PNPD-CAPEs. (MASS-UECE, Fortaleza, Brasil). Av. Dr. Silas Munguba, no. 1700, Itaperi, Fortaleza (CE). CEP.: 60.714-903 E-mail: rcastro.liceu@gmail.com.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

¹ Dentre vários outros, destaque para Claus Offe (1989), em artigo intitulado “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”, André Gorz com o seu *Adeus ao proletariado* (1982), etc.

chamada era informacional² – estaria gerando, como consequência, uma necessidade cada vez menor de uso de força humana de trabalho no processo de criação de bens úteis através da transformação da natureza (trabalho). As sociedades estariam ingressando numa nova época, designada de pós-industrial³, cuja característica central seria o uso das tecnologias e a diminuição de trabalhadores manuais na indústria (o chamado setor secundário). Como consequência, essas sociedades iriam experimentar um incremento das atividades do setor de serviços com um aumento correspondente do número de trabalhadores nesse setor, chamado de terciário⁴.

Nesse contexto, o trabalho como pedra fundamental da teoria da sociedade – como visto, de modo diverso, nos clássicos do pensamento sociológico⁵ Karl Marx (processo de trabalho e processo de valorização⁶), Max Weber (racionalidade técnica e a racionalidade econômico-estratégica) e Émile Durkheim (solidariedade e integração social ‘orgânica’) – estaria sendo sociologicamente questionado: “[...] o que temos a indagar é se hoje ainda podemos sustentar essa suposição [...] dos clássicos do pensamento sociológico” (OFFE, 1989, p. 14).

Ao se admitir a veracidade de tais abordagens, padeceriam de anacronismo ao menos cinco teses fundamentais acerca do funcionamento das sociedades modernas, fundadas no modo de produção capitalista: I) o trabalho, enquanto atividade humana de transformação da natureza, não é mais a viga mestra de reprodução/manutenção da sociedade; II) a classe operária, enquanto classe diretamente produtora da riqueza material, perderia relevância central, uma vez que a substituição progressiva dela por máquinas (automação, robótica, etc.) traria como consequência a sua redução a um número cada vez mais insignificante⁸; III) a tese de que a

² Aqui, o destaque seria Adam Schaff, *A sociedade informática* (1990), e Jean Lojkine, *A revolução informacional* (1995).

³ Ver: Daniel Bell, *O advento da sociedade pós-industrial* (São Paulo: Cultrix, 1987). E ainda: Carmo (2007).

⁴ As diferenças entre trabalho operário e demais assalariados, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, o profícuo debate entre os marxistas sobre esse assunto pode ser encontrado em autores como Braverman (1987), Antunes (2003, 2009, 2018), Lessa (2007a), Lessa e Tonet (2012), Iamamoto (2012, 2013), Castro (2012), etc. Ademais, leituras que trilham noutra direção acerca das transformações do capitalismo contemporâneo podem ser encontradas em: Mézáros (2002), Harvey (1994), Antunes (2003, 2009, 2018), Gounet (1999), Lessa (2007a), Vasapollo (2005), Frederico e Teixeira (2010), etc.

⁵ Enquanto em Marx a divisão da sociedade em classes tem, historicamente, como critério decisivo a exploração do trabalho alheio de uma classe por outra, em Weber (2009), n’*A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a disciplina ao trabalho é recompensada, e melhor aproveitada se combinada com a frugalidade, a poupança. Já em Durkheim (1981) o indivíduo reconhece a sua dependência da sociedade pela divisão do trabalho, sendo esta a principal fonte da solidariedade social.

⁶ Ver: Marx (1983, 2012).

⁷ “Esse questionamento confirma-se ao observar-se inicialmente a tônica temática da pesquisa, das conferências e das publicações atuais nas ciências sociais [...] o exame de documentos do campo das ciências sociais, como catálogos de editoras, programas de fundações de fomento científico, índices de teses e monografias, permite encontrar diversos indícios pelo menos para a *constatação negativa* de que o *trabalho e a posição do trabalhador no processo produtivo não* é tratado como o principal princípio organizador das estruturas sociais [...]” (OFFE, 1989, p. 16, grifo em itálico nosso; grifo em negrito do autor).

⁸ Na França, de acordo com dados de *Economie et Statistiques*, o contingente operário, em 1962, representava 39% da população ativa, enquanto em 1989 baixou para 29,6%. Nos EUA, entre os anos de 1980 e 1986, Frank Annunziato verifica uma redução no número de trabalhadores da indústria manufatureira, assim como da agricultura e da mineração – esta última chegando a quase 30%; por sua vez, destaca-se um crescimento expressivo no setor de serviços, como pequeno e grande comércio, finanças, seguros, hotelaria, restaurantes, etc. Na Itália, enquanto a ocupação dos trabalhadores na indústria representava 40%, em 1980, dez anos depois esse número caiu para pouco mais de 30%. No Canadá, Adam Schaff cita o *Science Council of Canada Report* (n. 33, 1982), que informa “[...] [a] taxa de 25% de trabalhadores que perderão seu emprego até o final do século [XX] em consequência da automação” (grifo nosso). O próprio Schaff também informa que o empresariado japonês projetava “[...] eliminar completamente o trabalho manual da indústria japonesa [...]” (SCHAFF, 1990, p. 28) até o final do século

mais-valia – esse coágulo de trabalho materializado nos produtos cuja extração ocorre por meio da apropriação de uma quota-parte da jornada de trabalho que não é paga ao seu produtor direto – enquanto base fundamental do modo de produção capitalista perderia vigência, visto que não são mais os operários os principais responsáveis pela efetiva produção da riqueza material, mas sim as máquinas⁹; IV) a mudança do papel da ciência, que teria se transformado em principal força produtiva (HABERMAS, 1975), teria suplantado a lei do valor marxiana¹⁰ – isto é, a de que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (dispendido pelo operário) para a sua produção –, já que, ainda, é um maquinário extremamente sofisticado que passa a determinar o ritmo (ou mais acelerado, ou menos intenso) da produção das mercadorias [sob o impacto dessa revolução tecnológica, irá ocorrer, simultaneamente à mudança *quantitativa* com a redução do número de operários tradicionais, uma alteração *qualitativa* com a presença, em alguns ramos, de maior qualificação do trabalhador, uma “[...] intelectualização do trabalho manual¹¹”]; V) por fim, como a atividade desempenhada pelo operário (trabalho) perdeu importância, ele, enquanto agente da mudança, não é suficientemente representativo, a mais-valia deixou de ser o critério decisivo de acumulação de riquezas, a Revolução Proletária – enquanto projeto alternativo de mudança da sociedade –, por sua vez, estaria condenada ao museu da história, posto que os principais pilares onde ela se sustentava teriam se derruído. Numa palavra, todo edifício de explicação marxista do funcionamento das sociedades capitalistas estaria arruinado – e, por conseguinte, um outro arcabouço teórico de explicação da realidade social se faria necessário. É a respeito da licitude dessas teses, correlacionando-as com as atuais transformações na esfera produtiva (era informacional-digital), que o artigo que aqui se apresenta irá se debruçar.

O trabalho enquanto modelo da práxis social – ou a centralidade ontológica do trabalho

Em 1968, Georg Lukács (1885-1971) prepara uma conferência para o Congresso Filosófico Mundial, realizado em Viena, porém, não consegue apresentá-la por não ter sido possível o seu comparecimento ao evento. No final daquela década, o filósofo nascido em Budapeste (Hungria) encontrava-se mergulhado na redação daquela que seria a sua última grande obra, *Para uma ontologia do ser social*, a qual só viria a público depois do falecimento do autor. A conferência que Lukács (2007) iria apresentar foi publicada sob o título *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem* e tem o mérito de conter, sinteticamente, algumas das principais teses que ele vinha desenvolvendo com o intuito de restaurar aquilo que entendia como o genuíno pensamento marxiano¹².

passado (informações extraídas de Antunes, 2003). Por outro lado, há autores que afirmam que essa tendência de redução do proletariado fabril em países do Ocidente teria sido compensada pela migração de plantas industriais para os países da Ásia.

⁹ Sobre esse processo de “[...] desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual [...]” (ANTUNES, 2009, p. 207), em especial em países do capitalismo avançado, André Gorz escreveu: “[...] nos principais países industrializados da Europa Ocidental os efetivos de trabalhadores ocupados na indústria representavam cerca de 40% da população ativa no começo dos anos [19]40. Hoje, sua proporção se situa próxima dos 30%. Prevê-se que baixará a 20 ou 25% no começo do próximo século” (GORZ, 1990, não paginado).

¹⁰ Ver a discussão sobre esse assunto, a crítica às teses de Jürgen Habermas, desenvolvida por Antunes (2009) em *Os sentidos do trabalho* (cap. VII e VIII).

¹¹ “A redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão constante [...] oferece, como tendência, a possibilidade da conversão do trabalhador em supervisor e regulador do processo de produção, conforme a abstração marxiana presente nos *Grundrisse*” (ANTUNES, 2009, p. 208).

¹² Desde os anos 1930, Lukács está convencido de que o marxismo é uma *concepção universal de mundo* e, para aquilo que os fundadores do materialismo histórico e dialético não tinham deixado nada escrito em

Nesse *escrito*, Lukács nos diz ser o *trabalho* a base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser. Para ele, a essência do trabalho consiste precisamente no fato dele ir além dessa estabilização dos seres vivos na competição biológica. O *momento essencial* da separação consiste no papel que passa a ter a *consciência*, e não a elaboração de produtos (algo distinto do que propugnava o determinismo-mecanicista); ela deixa de ser epifenômeno da reprodução biológica. Com o trabalho, argumenta o autor, dá-se, no plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham¹³. Já por esse motivo, continua, o trabalho se torna não apenas um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social; mas, precisamente no plano ontológico, ele se converte *no modelo de toda a nova forma do ser*. Diz ele: “Quanto maior for a precisão com que observarmos o seu funcionamento, tanto mais resultará evidente esse seu caráter” (LUKÁCS, 2007, p. 230).

O trabalho, enquanto *modelo da práxis social*, é constituído por posições teleológicas que, em cada caso concreto, põem em funcionamento *séries causais*¹⁴. Numa sociedade tornada realmente social, diz ele, a maior parte das atividades sociais cujo conjunto põe o *todo* em movimento deriva certamente de posições teleológicas, mas a existência real delas é feita de conexões causais que em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico¹⁵. De acordo com o filósofo húngaro, como a *práxis* é uma decisão entre alternativas, todo ato social surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. Seria esse o sentido, para ele, da afirmação marxiana segundo a qual os homens são compelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo “[...] sob pena de se arruinares” (LUKÁCS, 2007, p. 231). Decorreria daqui, dessa ineliminável condição humana, todos os problemas reais daquele complexo de problemas chamado liberdade – liberdade de escolha entre alternativas, ou ainda, nexos entre trabalho e liberdade (aqui, já se nota o quão mais ampla é a visão que vê o trabalho enquanto modelo da práxis social).

O sujeito que realiza a posição teleológica, a põe de modo consciente, porém sem jamais ter a possibilidade de conhecer todos os condicionamentos (e mesmo as consequências) da própria atividade¹⁶. “É óbvio que isso não impede que os homens atuem [...]” (LUKÁCS, 2007, p. 232) – assevera Lukács. “De fato, existem inúmeras situações nas quais, sob pena de se arruinar, é absolutamente necessário que o homem atue” (LUKÁCS, 2007, p. 232). No próprio trabalho, argumenta o autor, o homem muitas vezes tem consciência de que pode dominar apenas uma faixa de elementos circunstanciais; no entanto, ele sabe também que é capaz de realizá-lo de algum modo, até porque o carecimento urge e o trabalho promete satisfazê-lo. Essa ineliminável situação teria duas importantes consequências. Primeiro, a partir da constante observação dos resultados do trabalho e, por conseguinte, do aumento do conhecimento da faixa dos

específico (estética, ética, etc.), caberia aos seus sucessores desenvolver, fundado no “[...] elenco de sólidas verdades [...]” (LUKÁCS, 2008, p. 50) presente no corpo da obra dos dois filósofos alemães, e não completar (algo que, nos dias em curso, torna-se instrutivo perante aos que advogam uma junção de distintas concepções teóricas com o marxismo – algo, por si mesmo, muitas vezes contraditório –, processo este conhecido como ‘pluralismo metodológico’, ou simplesmente ecletismo). Este passa a ser o sentido de toda a produção lukacsiana a partir da primeira metade da década de 1930 – ver: Lukács (2008), Castro (2019, 2018).

¹³ Para uma discussão sistemática acerca do trabalho na tradição marxista, ver: Engels (1984, 2020), Marx e Engels (2009), Marx (2015), Childe (1966), Konder (2009), Netto e Braz (2011); e ainda: Huberman (1976), Mandel (1978).

¹⁴ Ver: Infranca (2014), Lessa (2002).

¹⁵ Polêmica com as visões deturpadas acerca de Marx que afirmavam – erroneamente – ser este defensor de uma visão teleológica (e determinista) da história. Sobre a reprodução social, ver: Castro (2011).

¹⁶ Ver: Castro, 2011.

elementos circunstantes, o trabalho se aperfeiçoa, por meio de uma sua dialética interna. Em decorrência disso, o trabalho se torna cada vez mais variado, “[...] abarca campos cada vez maiores, sobe de nível tanto em extensão quanto em intensidade” (LUKÁCS, 2007, p. 233). Por outro lado, na medida em que o fato de fundo do conhecimento total das circunstâncias não pode ser eliminado por esse processo de aperfeiçoamento, esse modo de ser do trabalho desperta a sensação de uma realidade transcendente (base objetiva para o surgimento da religião, do pensamento mágico, etc.).

[...] o trabalho é não apenas o modelo objetivamente ontológico de toda práxis humana, mas também [...] o modelo direto que serve de exemplo à criação divina da realidade, na qual todas as coisas aparecem como produzidas teleologicamente por um criador onisciente (LUKÁCS, 2007, p. 233).

Com o seu desenvolvimento, o trabalho gera produtos sociais de ordem mais elevada. Uma das mais importantes diferenciações é a crescente autonomização, sempre relativa, ainda no próprio trabalho concreto, das atividades preparatórias¹⁷ (o conhecimento). Antes de se tornarem campos autônomos de conhecimento, prossegue o autor, a matemática, a química, a geometria, a física eram originariamente partes desse processo preparatório do trabalho; apesar desse seu crescimento, argumenta, elas não perderam inteiramente essa função originária. “[...] quanto mais elas [ciências] crescem, se intensificam etc., tanto maior se torna a influência dos conhecimentos assim obtidos sobre as finalidades e os meios de efetivação do trabalho” (LUKÁCS, 2007, p. 234)¹⁸ [nexo entre ciência e trabalho].

Tal diferenciação, para Lukács, é já uma forma relativamente aperfeiçoada de divisão do trabalho, divisão esta, contudo, que é a mais elementar consequência do desenvolvimento do próprio trabalho. Já na caça, diz ele, esse fenômeno é verificado. Como todo trabalho apenas pode ter uma finalidade principal unitária, faz-se necessário encontrar meios que “[...] garantam esse caráter unitário da finalidade na preparação e na execução do trabalho” (LUKÁCS, 2007, p. 234). Aqui surgem, portanto, aquelas posições teleológicas que não visam mais a transformar um dado da natureza segundo finalidades humanas (posição teleológica primária), mas sim *induzir um homem a realizar posições teleológicas segundo um modo predeterminado*¹⁹ (posição teleológica secundária). “[...] com o nascimento das classes sociais com in-

¹⁷ Visto do ponto de vista da *totalidade*, verifica-se aqui o nexo entre trabalho material e trabalho intelectual, cujo escopo transcende a vigilância e o controle e abrange também as atividades preparatórias de conhecimento da natureza – p. ex., a ciência. Do ângulo de vista da totalidade, a ciência genuína nunca pode ter um desenvolvimento independente das demandas postas pelo solo social (é o que, por razões outras, no mundo contemporâneo, se chama de ‘aplicabilidade’ do conhecimento). Ademais, fica evidenciado o quão ofuscante é a tentativa de conhecimento da realidade que enfatiza na parte prescindindo-se do todo.

¹⁸ Basta pensarmos, a título de exemplo, na relação da química com algo tão elementar, como os produtos de limpeza, ou mesmo na relação entre a física newtoniana e a capacidade de lançar e manter satélites artificiais em órbita para os mais diversos fins humanos (comunicação, etc.), etc. Por sua vez, vale registrar que, embora ninguém conteste o fato de a explicação sobre o mundo natural ganhar contornos racionais no âmbito da ciência, isto não significa dizer que esta possua também uma autonomia total em relação à sociedade no sentido dela, não raramente, estabelecer como pontos de partida (intuições, etc.), por meio da observação, fatos derivados da mera experiência prática, cotidiana, sendo estes muitas vezes já utilizados enquanto mecanismo, mas ainda não elevados a conceito (e desenvolvido).

¹⁹ De acordo com o autor, toda a vida social humana pode ser reduzida a esses dois tipos de atos teleológicos: os de primeiro tipo, ou primários, e os de segundo tipo, ou secundários. Enquanto os atos teleológicos primários visam a transformação da natureza para a satisfação das necessidades materiais da sociedade (trabalho), os atos teleológicos secundários são todos aqueles que visam a convencer outros seres humanos (ou a sociedade) a se agir de um determinado modo, e não de outro (dever-ser), cujos exemplos podem ir da educação, ética, direito até a política, publicidade, filosofia, cinema, etc.

teresses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia” (LUKÁCS, 2007, p. 234). Nota-se, uma vez mais, a relação do trabalho – por ele ser a base (com a divisão do trabalho) para o nascimento dessas novas posições teleológicas – com um complexo social puro, como é o caso da ideologia (significado mais amplo da centralidade do trabalho, ou o sentido de *o trabalho como modelo da práxis social*).

Lukács nos diz que a estrutura de base se conserva nesses conflitos que envolvem de modo cada vez mais profundo a totalidade da vida social. Ele diz que assim como o conhecimento real sobre os processos naturais em cada caso concreto, no trabalho, se faz necessário, para desenvolver com êxito o intercâmbio orgânico dos homens com a natureza, um certo saber sobre a natureza dos seres humanos, suas recíprocas relações sociais e pessoais, faz-se indispensável “[...] para induzi-los a efetuar as posições teleológicas desejadas” (LUKÁCS, 2007, p. 235). Escreve o autor húngaro:

Todo o processo através do qual, a partir desses conhecimentos surgidos por necessidade vital (que, no início, assumiram as formas do costume, da tradição, dos hábitos e também do mito), se desenvolveram em seguida procedimentos de tipo racional, até mesmo algumas ciências, todo este processo é, nas palavras de Fontane, um ‘campo imenso’ (LUKÁCS, 2007, p. 235).

Aqui se verifica a opção lukacsiana, de natureza metodológica, por mostrar geneticamente o caminho através do qual as formas mais elevadas se desenvolveram das mais simples. Lukács distingue os conhecimentos que influenciam o intercâmbio orgânico com a natureza dos que são dirigidos para influenciar outros homens ou grupos humanos pelo fato de o primeiro ser mais facilmente desvinculável das posições teleológicas que condicionaram o seu aparecimento. Essa diferenciação, contudo, que mostra o que seria uma distinção entre ciências humanas e naturais face aos objetos específicos de cada uma e as consequências do trato a partir dessa materialidade distinta para os resultados individuais de cada uma delas, de modo algum deve induzir ao que ele chama de exagero gnosiológico, que consistiria em “[...] identificar ou diferenciar de modo absoluto os dois processos” (LUKÁCS, 2007, p. 235)²⁰. “Trata-se de elementos ontológicos comuns ou diversos, que estão simultaneamente presentes e que podem encontrar solução somente numa concreta dialética histórico-social” (LUKÁCS, 2007, p. 235).

O filósofo húngaro afirma que o processo global da sociedade é um processo causal, possui leis próprias, mas não é jamais dirigido objetivamente para a realização de finalidades²¹. Ainda que um grupo de humanos consiga materializar as suas finalidades, os resultados muitas vezes produzem algo diverso ao que se havia intentado – basta lembrar, diz o autor, no modo pelo qual o desenvolvimento das forças produtivas na Antiguidade conduziu à destruição dessa sociedade, nas crises periódicas capitalistas provocadas pelo seu próprio desenvolvimento, etc. A proposta metodológica lukacsiana – a abordagem do ser social em sentido genético – se faz mais evidente quando o autor húngaro se propõe a esboçar no texto algumas linhas gerais

²⁰ Polêmica que inclui, p. ex., a visão dos positivistas que defendiam a aplicação do modelo das ciências da natureza para o estudo da sociedade, ou mesmo os que, unilateralmente, apartam rígida e antiteticamente o campo social da natureza, passando a designar os problemas que dele emergem como vinculados aos *domínios do espírito*.

²¹ Lukács está a tratar aqui da reprodução social – desdobramento do ato fundacional da sociedade, o trabalho. Ele trata desses dois complexos do ser social – trabalho e reprodução social – nos capítulos I e II, do volume 2, de sua *Para uma ontologia do ser social* (várias edições em: italiano, castelhano, português, inglês, etc.). Para uma apresentação sistemática da reprodução, ver: Castro, 2011.

sobre o desenvolvimento da sociedade. O seu objetivo é esclarecer “[...] um pouco mais amplamente [...] o vínculo mais geral desse início genético da sociedade e da história com seu próprio desenvolvimento” (LUKÁCS, 2007, p. 237). Em primeiro lugar, diz ele, a necessidade econômica – posta por Marx – nada teria de “[...] necessidade natural” (LUKÁCS, 2007, p. 237). A razão ontológica fundamental – afirma Lukács – seria a causalidade posta em movimento por decisões teleológicas alternativas. Nessa direção, o autor de *Para uma ontologia do ser social* afirma que o desenvolvimento econômico que teve lugar até hoje (ano de 1968) teria sido perpassado pela presença de três orientações evolutivas, possíveis de serem apreendidas somente *post festum*. Tais tendências que teriam se realizado de modo evidente, embora de maneira desigual, seriam: 1º) uma tendência constante à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida humana; 2º) um avanço daquilo que Marx denominou de “[...] recuo das barreiras naturais [...]” (LUKÁCS, 2007, p. 238), que tornaria essa reprodução cada vez mais nitidamente social, cujos exemplos seriam o caráter cada vez mais social da sexualidade e da nutrição (aspectos naturais); 3º) a integração da sociedade via mercado mundial, que teria tirado do isolamento sociedades singulares, e unificado a humanidade, ao menos no sentido econômico mais geral²² (aqui ele não deixa de salientar os ásperos conflitos oriundos dessa integração). Seriam através dessas tendências – com as respectivas transformações internas e externas do ser social – que o ser humano teria deixado a sua condição de ser natural e ascendido à condição de pessoa humana.

Todo esse processo é o produto das séries causais que surgem no conjunto da sociedade, porém, sem nunca possuir uma finalidade. Por conta disso, o seu desenvolvimento no sentido de níveis superiores contém a ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado. Nesse sentido, o progresso é com certeza uma síntese das atividades humanas, todavia não o aperfeiçoamento delas “[...] de acordo com uma teleologia qualquer” (LUKÁCS, 2007, p. 239). Não seria por outro motivo que tal desenvolvimento continuamente destrói resultados primitivos que, embora belos, seriam economicamente limitados: “[...] por isso, o progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais” (LUKÁCS, 2007, p. 239).

É assim que surgem, a partir da comunidade primitiva dos homens, antinomias aparentemente insolúveis, isto é, as oposições de classe, de modo que até mesmo as piores formas de inumanidade são o resultado desse progresso. Em seus inícios, a escravidão constitui um progresso em relação ao canibalismo; hoje, a generalização da alienação dos homens é um sintoma do fato de que o desenvolvimento econômico está em vias de revolucionar a relação do homem com o trabalho (LUKÁCS, 2007, p. 239).

Pelo que foi desenvolvido até aqui, fica claro que a centralidade ontológica do trabalho – ou o entendimento do trabalho enquanto *modelo da práxis social* –, na formulação lukacsiana, é mais ampla – e igualmente diversa – das teses que afirmam ser a importância do trabalho na sociedade subordinada ao número de trabalhadores manuais que executam a produção da riqueza material através da transformação da natureza nas fábricas²³. Visto do ponto de vista da

²² O desenvolvimento histórico-universal da humanidade, severamente conflituoso, contraditório, não pode ser confrontado por visões de mundo abstratamente unilaterais (o assim chamado pensamento decolonial, etc.); ele deve ser compreendido à luz do real processo histórico, que inclui todas as suas fases. Aqui, é válida a leitura da dialética entre o singular, o particular e o universal sob o prisma materialista constante no capítulo 3, *O particular à luz do materialismo dialético*, do livro *Introdução a uma estética marxista*, de Georg Lukács (2018).

²³ Kurz (1992), Jappe (2006). Em outra direção, temos: Antunes (2003, 2005, 2009), Lessa e Tonet (2012), Lessa (2007a), Duayer (2011), Castro (2014), etc.

totalidade (e fazendo uso da metodologia genética, *post festum*²⁴), o papel do trabalho enquanto fundante da sociabilidade humana se faz não apenas nítido (em todas as comunidades humanas, independentemente de suas culturas) enquanto troca orgânica com a natureza²⁵, como também se faz revelar no nexos dele com outros complexos sociais²⁶, conforme vimos aqui: trabalho e liberdade, trabalho e ciência, trabalho e ideologia, trabalho e dever-ser, etc. Em outras palavras, a tese lukacsiana vai afirmar que o trabalho é o *modelo da práxis social* porque problemas que em estágios superiores do desenvolvimento social irão se apresentar de modo desmaterializado, sutil e abstrato, tal como a liberdade, já estão contidos *in nuce* no mais simples ato de trabalho, como na simples escolha de uma pedra²⁷ (paleolítico). Revela-se, aqui, pois, o vínculo genético entre o trabalho e o dever-ser (ética, etc.) – problemas que em outras filosofias modernas aparecem de modo desenraizado.

Não é casual que já no primeiríssimo estágio do trabalho tenhamos dado tanto peso ao momento da liberdade na decisão entre alternativas. O homem deve conquistar sua própria liberdade através de sua própria ação. Mas ele só pode fazê-lo porque toda sua atividade já contém, como parte constitutiva necessária, também um momento de liberdade. [...] Se esse momento não se manifestasse ininterruptamente no curso de toda a história humana, se não conservasse nela uma perene continuidade, não poderia naturalmente desempenhar o papel de fator subjetivo nem sequer durante a grande virada (LUKÁCS, 2007, p. 242-243).

Para finalizar, algumas palavras sobre a suposta contradição entre a diminuição do número de operários fabris e o marxismo. Conforme vimos, uma das tendências captadas por Marx, de acordo com a análise lukacsiana, foi a da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida humana. Por sua vez, Marx irá afirmar, n'*O Capital*, que o reino da liberdade – aquele onde “[...] o desenvolvimento das forças humanas ocorre como um fim em si mesmo [...]” (LUKÁCS, 2007, p. 242) – tem que ter por base o “reino da necessidade” (reprodução econômico-social da humanidade). No entanto, aquele só pode florescer quando neste último a atividade humana tiver deixado de ser imposta de modo externo, ser tida “[...] apenas [como] meio de vida [...]” (LUKÁCS, 2007, p. 242) – ou seja, “[...] só quando a humanidade houver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução” (LUKÁCS, 2007, p. 242). Ora, sendo este o critério para a humanidade poder atingir um patamar superior de desenvolvimento (reino da liberdade), assim como a ampliação do *tempo disponível* por intermédio da diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, não faz sentido buscar no alcance de umas dessas condições (a diminuição do tempo de trabalho) a causa para justificar a impossibilidade – e o suposto anacronismo – da teoria que propõe a superação do atual estado de coisas se efetivar.

²⁴ Princípio este baseado na assertiva marxiana segundo a qual “[...] A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco [...]” (MARX, 2011, p. 58), ou ainda, “[...] a economia burguesa fornece a chave da economia antiga” (MARX, 2011, p. 58).

²⁵ Independente do fato de, no curso do desenvolvimento, haver o que o marxismo chama de “[...] recuo das barreiras naturais [...]” (LUKÁCS, 2007, p. 238); a questão para a qual se atenta é a da “[...] intercâmbio orgânico com a natureza” (LUKÁCS, 2007, p. 235). Não podemos esquecer, também, que a atividade humana (trabalho), enquanto práxis, transforma a natureza, mas também retroage sobre o sujeito que opera a transformação; logo, tal relação, sociedade-natureza, não cessa os seus efeitos com a diminuição do dispêndio de força física exercido pelos trabalhadores braçais.

²⁶ Nexos este que, no curso do desenvolvimento, vai deixando de ser imediato e se tornando cada vez mais mediato.

²⁷ Ver: Castro (2018).

O ‘fim da centralidade do trabalho’, a chamada sociedade pós-industrial e a era informacional-digital

A partir de meados do século XX, analistas sociais começam a questionar a tese de ser o trabalho uma atividade central das sociedades. À luz das transformações na esfera da produção (indústria, etc.), eles estariam se convencendo da perda de relevância (ou de ‘centralidade’) do trabalho na dinâmica da sociedade. A diminuição dos trabalhadores manuais nas fábricas, em decorrência (parcial) do uso progressivo de maquinário altamente sofisticado e de tecnologia (automação, etc.), o crescimento das atividades de serviços com uma correspondente elevação de trabalhadores nesse setor, embasariam a sentença proferida por sociólogos de ingresso das sociedades contemporâneas na chamada era *pós-industrial* (D. Bell, etc.). A tese do trabalho enquanto transformação da natureza para satisfação das necessidades materiais da sociedade (reprodução) passaria a ser, assim, objeto de inúmeros questionamentos.

De Mallet a Lojkine, de Belleville a Ricardo Antunes, um amplo leque de teorias se apoiaram, implícita ou explicitamente, na tese de que o desenvolvimento tecnológico seria o momento determinante no desenvolvimento das forças produtivas [...] Em mais de um momento as hipóteses de que a classe operária estaria extinta ou em extinção, ou então de que estaria se fundindo com o conjunto dos assalariados, têm por fundamento a tese segundo a qual a introdução de novas tecnologias como a automação ou a informatização alteraria o fundamento da relação entre as classes sociais (LESSA, 2007a, p. 39-40).

As mudanças na esfera da produção levariam autores a observar uma diminuição do trabalho manual em relação ao intelectual – “[...] a fadiga física se converte em fadiga nervosa [...]” (MALLET, 1963, p. 12-13) – e, com o avanço das novas tecnologias nos espaços fabris, o operariado tradicional estaria sendo substituído. Consequentemente, a luta de classes estaria superada, bem como os partidos e sindicatos tradicionais, uma vez que a classe operária estaria em processo de rápida transformação. Estaríamos caminhando rumo às “[...] ‘fábricas sem operários’ da automação, telecomandadas à distância e supervisionadas por telas de televisão dos escritórios técnicos da direção parisiense” (MALLET, 1963, p. 139-140). A partir de investigações em linhas de montagem (Bull, Refinaria Caltex, etc.), Serge Mallet chega a um entendimento de que estaríamos diante de uma ‘nova classe operária’ (o título do seu livro chama-se *A Nova Classe Operária*, 1963). Nessa nova realidade, os critérios tecnológicos passam a determinar a situação de classe. Sendo assim, o engenheiro teria se tornado ‘proletário’, assim como os trabalhadores de escritório teriam sido transformados em produtivos, posto que “[...] os serviços dos escritórios [...] preparam as condições da produção propriamente dita” (MALLET, 1963, p. 13).

Outro aspecto importante da ‘nova classe operária’ destacado por Mallet seria o fato dela está deixando de viver “[...] à parte”: “operários qualificados, quadros técnicos, assalariados do setor terciário e profissionais liberais [...]” estariam ingressando em um “[...] processo de homogeneização” (MALLET, 1963, p. 9). Essa ‘nova classe operária’, na visão de Mallet, estaria cada vez mais próxima da classe média, haja vista o fato dela possuir os mesmos carros, morar nos mesmos bairros, passar férias nas mesmas praias: “[...] os jovens metalúrgicos compartilham os bangalôs ‘taitianos’ com as filhas dos diretores [...]” (MALLET, 1963, p. 9), escreve ele.

Ainda em 1963, outro autor, Pierre Belleville, publica um outro trabalho com o intuito de dar conta das transformações: *Une Nouvelle Classe Ouvrière (Uma nova classe operária)*. Bellevil-

le argumenta que tanto a tese que defende a homogeneização da classe operária com a classe média como a que propugna a sua proletarização (PCF) atenderiam a objetivos políticos específicos. Enquanto a primeira seria um instrumento da luta anticomunista, diz ele, a segunda, ao contrário, serviria para defender a atualidade histórica dos PCs. Belleville defendia que a classe operária estaria em processo de mutação não porque estaria em vias de desaparecer, mas, pelo contrário, porque estaria em expansão. No entanto, a diferença da sua tese em relação à de Mallet termina aí. Isso porque, em ambos, o trabalho manual teria deixado de ser o critério para definir a classe social: a “[...] referência ao trabalho manual não é mais suficiente para delimitar a classe operária [...]” (BELLEVILLE, 1963, p. 11). A explicação para isso estaria nas novas definições de trabalho produtivo e improdutivo determinadas pelo advento das novas tecnologias. “Os engenheiros teriam deixado de ser um corpo intermediário entre a direção e os trabalhadores para se tornarem assalariados produtivos [...]”, comenta Lessa (2007a, p. 42). De modo que, para Belleville: “[...] engenheiros, estudantes, pesquisadores [...] são tão assalariados como os outros, pagos por um trabalho que, acima de tudo, deve resultar em lucros. Eles descobrem a subordinação de suas exigências profissionais às exigências do capital” (BELLEVILLE, 1963, p. 194). A ‘nova classe operária’, na leitura de Belleville, seria constituída por “[...] todas as categorias de operários assalariados” (BELLEVILLE, 1963, p. 316). Tanto em Mallet como em Belleville, as mudanças na esfera produtiva, o uso crescente das novas tecnologias estariam dando origem à uma nova classe operária, de modo que as fronteiras entre o operariado tradicional e os demais assalariados estariam cada vez mais tênues, fluidas, quando não desaparecendo. O critério para designação do proletariado, portanto, para ambos, passa a ser o assalariamento²⁸.

Os efeitos do processo de automação trariam mudanças significativas na organização fabril e reverteria até mesmo o fenômeno da alienação (Robert Blauner e Joan Woodward). Isso porque a automação nas fábricas teria suplantado das mesmas o parcelamento de tarefas, típico do taylorismo, e, com isso, inclusive, suavizado o próprio processo de controle e vigilância visto no período anterior. As relações no interior do ambiente fabril estariam reordenadas porque a organização da produção se dava agora em pequenas equipes relativamente autônomas entre si, bem como o trabalho repetitivo estaria a cargo de máquinas automatizadas. De modo que: “[...] estariam sendo superados não apenas o antagonismo do operário com a hierarquia da fábrica, mas a própria alienação do trabalho já que, agora, o trabalhador se reconheceria no produto final” (LESSA, 2007a, p. 43).

Outro autor importante que buscou se debruçar sobre os efeitos da automação no processo fabril foi Pierre Naville. Em *Vers la automatisme social? Machines, informatique, autonomie et liberte* (*Rumo ao automatismo social? Máquinas, informática, autonomia e liberdade*), Naville defende que, ao contrário de Blauner e Woodward, a automação teria como consequência o aumento da alienação do trabalho. “A automação induz à ruptura final entre o produtor e o produto. Despoja o trabalhador de todo contato com a matéria-prima, e destrói qualquer sentido residual de uma relação pessoal com a máquina” (GALLIE, 1978, p. 21). Fazendo um balanço da compreensão dessas transformações pelos autores, outro autor escreve:

Apesar das diferenças evidentes, todos estes autores compartilham de um núcleo teórico comum. O pós-guerra teria lançado a humanidade em um *novo patamar de de-*

²⁸ Sobre a tese que diferencia trabalho proletário e demais assalariados, ver o livro *Porque o Serviço Social não é trabalho*, de S. Lessa (2007b). Sobre a noção ampliada de classe trabalhadora, ver o capítulo VI de *Os sentidos do trabalho*, de R. Antunes (2009), ou ainda, sobre o chamado ‘proletariado de serviços’, *O privilégio da servidão* (ANTUNES, 2018), do mesmo autor.

envolvimento com transformações tão significativas na produção e no consumo que as classes sociais estariam, ou em uma rápida e profunda transformação ou, mesmo, em desaparecimento (LESSA, 2007a, p. 44-45, grifo nosso).

Ainda segundo a mesma investigação,

[...] as novas tecnologias estariam convertendo engenheiros, cientistas, técnicos dos mais variados setores em “trabalhadores produtivos” e abolindo as fronteiras entre o trabalho manual e o intelectual. E... [ainda] tais transformações tornavam necessário um novo conceito de classe, digamos, mais atual que o de Marx (LESSA, 2007a, p. 45, grifo nosso).

Analisando ainda tais mudanças, em 1974, nos EUA, Harry Braverman publica o seu *Trabalho e Capital Monopolista*. Nele, Braverman, além de destacar aspectos da degradação do trabalho no século XX (subtítulo da sua obra), busca analisar as consequências da taylorização do trabalho de escritório e do trabalho intelectual. A partir de uma nova leitura do significado de trabalho produtivo e improdutivo nas condições do capitalismo monopolista, Braverman conclui que tanto o trabalhador produtivo como o improdutivo são dominados pelas relações de produção capitalistas, ambos são explorados pelo capital. “[...] *quase toda a população transformou-se em empregada do capital*. Quase toda associação trabalhadora com a empresa moderna, ou com seus ramos imitativos nas organizações governamentais ou ditas não lucrativas assumiram a forma de compra e venda da força de trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 342, grifo do autor).

A alienação e a incerteza que eram exclusividade do proletariado teriam se expandido para os novos assalariados. Ao invés da ascensão do proletariado para as camadas médias (Mallet), para Braverman estaria ocorrendo uma proletarização dos setores intermediários. Desse modo, o trabalho assalariado estaria em expansão para abarcar um número maior de atividades, da mesma forma como o proletariado estaria se ampliando e assumindo uma nova configuração. De modo que: “O operário que constrói um edifício de escritórios e o servente que o limpa toda noite produzem do mesmo modo valor e mais-valia [...]” (BRAVERMAN, 1981, p. 374); ambos seriam igualmente produtivos, uma vez que a diferença de uma atividade e outra tornou-se secundária²⁹.

Assim, as condições de trabalho do trabalhador produtivo e do improdutivo seriam tão semelhantes (e ambos são explorados pelo capital) que o que “[...] tem peso na sociedade [hoje] é o fato de o indivíduo ser, ou não, assalariado” (LESSA, 2007a, p. 46). Nas palavras de Braverman:

Embora o trabalho produtivo e o improdutivo sejam tecnicamente distintos, embora o trabalho produtivo tenha tendido a decrescer na razão do aumento de sua produtividade, enquanto o improdutivo tenha aumentado apenas como consequência do aumento dos excedentes jorrados pelo trabalho produtivo – a despeito dessas distinções, as duas massas de trabalho não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum (BRAVERMAN, 1987, p. 357, grifo do autor).

²⁹ Novamente, o debate de fundo aqui é em relação à diferença entre trabalho proletário e demais assalariados, trabalho produtivo e trabalho improdutivo, etc., ou ainda, se algumas dessas diferenças teriam deixado de existir – evidentemente, em função do incremento tecnológico nas fábricas.

S. Lessa chama a atenção para uma consequência desse entendimento de H. Braverman. De acordo com ele, há assalariados que não são trabalhadores, tal qual os executivos, e menos ainda proletários. Ciente da situação, Braverman observa que a remuneração dos dirigentes das empresas não é apenas uma troca de trabalho por dinheiro – “[...] uma troca de mercadorias [...]” (BRAVERMAN, 1987, p. 343) –, mas representa “[...] uma *participação no excedente* produzido na empresa” (BRAVERMAN, 1987, p. 343; grifo do autor).

Outro autor influente do debate contemporâneo acerca das transformações na esfera produtiva é André Gorz (1982). Ele lançou, em 1980, o livro *Adeus ao proletariado*. Nele, encontram-se as suas principais teses sobre os efeitos daquelas transformações no proletariado. À luz do debate ocorrido até os anos 1970, Gorz acredita que o proletariado europeu teria se integrado ao mundo burguês. Por ter se convertido em parte integrante do capitalismo, o proletariado teria perdido o seu caráter revolucionário enquanto classe social. Segundo Gorz, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, base para um outro modo de organização social, serve apenas à racionalidade capitalista, tal como a classe operária, outra condição para a efetivação daquele modo, teria se integrado ao capitalismo.

A lógica do Capital que levou a esse resultado ao final de dois séculos de ‘progresso’, ou seja, de acumulação de meios de produção cada vez mais eficazes, não pode dar nada mais e nada melhor do que isso. Mais exatamente, a sociedade industrial-produtivista só pode se perpetuar de agora em diante fazendo ao mesmo tempo mais e pior: mais destruições, mais desperdícios, mais reparações das destruições, mais programação dos indivíduos até o seu íntimo. O ‘progresso’ chegou a um limiar passado o qual muda de sinal: o futuro é pleno de ameaças e desprovido de promessas. Os progressos do produtivismo conduzem aos da barbárie e da opressão (GORZ, 1980, p. 93).

O proletário, impedido de ter ‘autonomia’ enquanto classe por estar organicamente vinculado ao modo de produção capitalista, buscaria, cada um de modo individual, uma saída para a sua situação particular. Esse fato “[...] solapa a capacidade que teria o proletariado, se todos os seus membros se unissem, de enxotar a burguesia do poder e de pôr fim à sociedade de classes” (GORZ, 1982, p. 47). Gorz (1982) irá defender que um novo sujeito histórico seria o portador da transformação social: a “não-classe” dos “não-trabalhadores”. Esta “não-classe” dos “não-trabalhadores” “[...] não é produzida pelo capitalismo e marcada pelo selo das relações capitalistas de produção; *ela é produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob o efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalistas*” (GORZ, 1982, p. 87, grifo nosso).

Essa “não classe” seria composta pelo “[...] conjunto dos indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em suas capacidades *pela industrialização* (ou seja, pela automatização e pela informatização) *do trabalho intelectual* [...]” (GORZ, 1982, p. 87-88; grifo nosso), diz Gorz. Ela se estenderia a “todas as camadas da sociedade” e se oporia “[...] à classe dos operários estáveis, sindicalizados, protegidos por um contrato de trabalho e por uma convenção coletiva” (GORZ, 1982, p. 88); esta última seria, então, uma “[...] minoria privilegiada” (GORZ, 1982, p. 88). Afirma Gorz: “*O novo proletariado pós-industrial* não apenas não encontra mais no trabalho social a fonte de seu poder possível, como vê nele a realidade do poder dos aparelhos e de seu próprio não-poder” (GORZ, 1982, p. 91, grifo nosso).

Fazendo um balanço das mudanças iniciadas nos anos 1970-1980 – a reestruturação produtiva, o advento do padrão toyotista e da *acumulação flexível*, a chamada financeirização da eco-

nomia – nesse início de século XXI, o sociólogo brasileiro, Ricardo Antunes, assevera que as teses de fim do trabalho e da classe operária defendidas no último quartel do século anterior foram refutadas pela história. No entanto, ao invés de uma inserção no mundo laborativo fundada numa legislação protetora do direito do trabalho, o que se tem assistido é o avanço de um brutal desmantelamento das relações de trabalho, que ele chama de *precarização estrutural do trabalho*.

Há algumas décadas, em meados dos anos 1980, ganhou força explicativa a tese de que a classe trabalhadora estava em franca retração em escala global. Com Estados Unidos e Europa à frente, a ideia de um capitalismo maquinico e sem trabalho se expandia e mesmo se consolidava, conseguindo ampla adesão no universo acadêmico, sindical e político em várias partes do mundo (ANTUNES, 2018, p. 26-27).

Considerando que as transformações na esfera da produção iniciadas na década de 1970 alteraram e geraram uma *nova morfologia do trabalho*, Antunes considera que a suposta diminuição do operariado tradicional nos países centrais fora compensada com uma expansão – notadamente no setor de serviços, mas não só – nos países asiáticos (China, Índia, Coreia), latino-americanos (Brasil, México), etc.

Apesar de parecer que o proletariado industrial, herdeiro da era taylorista e fordista, vem se reduzindo em várias partes do mundo capitalista central, há também uma forte *contratendência*, dada pela expansão exponencial de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços, mas também na agroindústria e na indústria, ainda que de modo diferenciado em vários países do Sul (ANTUNES, 2018, p. 27, grifo do autor).

Para ilustrar a atual tendência do que denomina de precarização estrutural do trabalho, Antunes traz um exemplo da China, mais precisamente da Foxconn, empresa terceirizada que realiza a montagem de produtos eletrônicos para transnacionais como Apple, Nokia e outras. Citando um estudo da *Students and Scholars Against Corporate Misbehaviour (Sacom)*, Antunes informa que os operários da Foxconn, em 2010, trabalhavam em média 12 horas por dia, percebendo salários aviltantes. Além de relatar casos de suicídio, o autor informa que nesse período a companhia empregava, apenas na China, 1,4 milhão de trabalhadores. “[...] desde o final dos anos 1970, a China estabeleceu zonas econômicas especiais para atrair capital estrangeiro, o que levou a Apple a buscar essas grandes empresas de terceirização a fim de reduzir custos e ampliar mercados (ANTUNES, 2018, p. 28)”. Parece que, então, eis que se revela o segredo do chamado ‘milagre chinês’.

Nas últimas décadas, as empresas ‘lioofilizadas e flexíveis’, na leitura de Antunes, têm levado, impulsionadas pela expansão informacional-digital, a uma trípole destrutiva sobre o trabalho. Em escrito recente, assim ele descreve a atual situação:

A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram, então, partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global. E, com elas, a intermitência vem se tornando um dos elementos mais corrosivos da proteção do trabalho, que foi resultado de lutas históricas e seculares da classe trabalhadora em tantas partes do mundo (ANTUNES, 2020, p. 11).

Citando exemplo dessas novas (e mais precárias) modalidades de trabalho anotadas no período mais recente, notadamente na aurora do século atual, ele escreve:

[...] O *zero hour contract* [contrato de zero hora – sic], por exemplo, nasceu no Reino Unido e se esparrama pelo mundo ao permitir a contratação de trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas atividades, que ficam à disposição de uma ‘plataforma’. Elas e eles ficam à *espera de* uma chamada por smartphone e, quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram esperando (ANTUNES, 2020, p. 12).

Essa disponibilidade perpétua para o trabalho é acentuada pelo ‘trabalho on-line’ e pelos ‘aplicativos’, que derrubaram as antigas fronteiras existentes entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele. Tal fato ainda torna invisíveis as grandes corporações globais. Para Antunes, esses novos proletários dos serviços³⁰, sujeitos a tal lógica de precariedade total, se encontram sob a trágica situação de terem de escolher entre o desemprego total ou o que ele chama de *privilégio da servidão* – caso, evidentemente, nada se interponha no sentido de deter essa tendência. Sobre uma das mais conhecidas dessas corporações que põem em prática essas novas modalidades de trabalho, ele escreve:

A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza, etc., enquanto o ‘aplicativo’ – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora³¹ (ANTUNES, 2018, p. 34-35).

Esse cenário, na abordagem de Antunes, tende a piorar com o avanço da chamada *indústria 4.0*. Para ele, a produção caminha para se tornar cada vez mais predominantemente automatizada, robotizada, realizada por máquinas digitais e comandada de modo informacional-digital. Com isso, defende, como consequência dessa nova *empresa flexível e digital*, haverá expansão dos chamados *intermitentes globais*, bem como um incremento incalculável de força de trabalho sobrando e sem emprego.

Sua denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI (ANTUNES, 2018, p. 38).

À luz dessas novas realidades, como o uso recorrente de contratos de trabalho intermitente, *zero hour contract*, *turn over*, teletrabalho e/ou home office, pejetização, etc., o traço comum dessas novas modalidades de realização de atividades laborativas é, para Antunes, a ‘flexibilidade’.

³⁰ Note que Antunes (2009, 2018) não diferencia operário de demais assalariados, tal como Lessa (2007a, 2007b) e Lessa e Tonet (2012). O autor de *O privilégio da servidão* adota, para a nova morfologia do trabalho, uma “[...] noção ampliada de classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018, p. 89). Ver também: Yamamoto (2004, 2012, 2013).

³¹ Aqui, o debate de fundo é sobre trabalho produtivo. Vale o registro de que, embora todo operário seja trabalhador produtivo, o inverso não é verdadeiro (ver exemplo do mestre-escola citado por K. Marx n’*O Capital*). Como vemos dizendo, Antunes não faz essa distinção. Ademais, a utilização do termo “mais-valor” aqui tem o mesmo sentido do termo mais-valia.

O fundamento dessa pragmática que invade todo o universo global do trabalho se evidencia. Na empresa ‘moderna’, o trabalho que os capitais exigem é aquele mais *flexível* possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de ‘metas’ é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior³² (ANTUNES, 2018, p. 36, grifo do autor).

Diante dessas mudanças, Antunes argumenta que, ao contrário dos que afirmam existir uma retração da lei do valor, esta estaria passando por uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente – tal como se verifica, de acordo com ele, no trabalho terceirizado, naqueles fundados na informalidade, etc. (não importando aqui se tais atividades são mais manuais ou mais intelectualizadas³³). De acordo com o autor, no capitalismo financeirizado da era informacional estaríamos presenciando a uma simbiose cada vez maior entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, de modo que o desenho da classe trabalhadora poderia ser da maneira que se segue tracejado:

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem de venda da sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços, etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o *conceito ampliado de classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras [...] não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (ANTUNES, 2018, p. 31, grifo nosso).

Para finalizar, como se vê, a “noção ampliada” de classe trabalhadora de Antunes não distingue trabalho proletário e demais assalariados, como os do setor de serviços, trabalhadores improdutivos (serviço público, etc.), ou mesmo trabalhadores produtivos assalariados não-operários (mestre-escola, etc.). Isso porque, conforme a argumentação de Lessa, o trabalho manual teria deixado de ser o critério para designação da classe social – critério que faria diferenciar a classe operária dos demais assalariados³⁴ (no caso em tela, esse critério passou a ser o assalariamento). Vejamos segundo as palavras dele e de Tonet:

É correto afirmar que os proletários e os trabalhadores assalariados compartilham de uma finalidade comum, a luta pelo aumento de salários. [...] Todavia, como os trabalhadores assalariados vivem da riqueza produzida pelos operários [“o conteúdo material da riqueza social”, R. C.], como seus salários têm sua origem no capital produzido pelos proletários, eles compartilham com a burguesia o fato de serem integrantes da porção da sociedade que parasita o trabalho proletário (LESSA; TONET, 2012, p. 43).

³² “Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá levá-lo a ruir face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de ‘empreendedores’, uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*” (ANTUNES, 2018, p. 34, grifo do autor). Ver também: Antunes (2019).

³³ Outro ponto latente aqui é uma possível aproximação entre trabalho manual e trabalho intelectual. A título de registro, esta não é uma questão cuja polêmica seja inexistente. Ademais, vale a pena se inteirar ainda sobre outra polêmica: a das diferenças entre trabalho material e trabalho imaterial. Ver: Antunes (2009, 2018) e Lessa, (2005).

³⁴ Ver: Lessa: (2007a, 2007b), Lessa e Tonet (2012), Antunes (2009, 2018) e Castro (2012).

Considerações Finais

O artigo aqui apresentado abordou o *trabalho* sustentado nas teses defendidas pelo filósofo György Lukács (2012, 2013, 2016), em sua *Para uma ontologia do ser social*, o qual afirma ser a atividade trabalho a necessária e indispensável mediação que o ser humano realiza com a natureza (intercâmbio orgânico) – e ainda: o *modelo da práxis social*. Vista do ponto de vista da totalidade, essa inter-relação da sociedade com a natureza (denominada trabalho) persiste mesmo com a (suposta) diminuição do trabalho vivo, manual; uma vez que para a sociedade se reproduzir esta precisa transformar a natureza – e ela continua sendo transformada –, isto basta para confirmar o papel estruturante dessa atividade na organização social da sociedade. Ademais, o trabalho enquanto modelo da práxis social vai além do intercâmbio com a natureza, uma vez que, como vimos, nele está contido *em germe* momentos da vida social – como a liberdade, valor, etc. – que em estágios superiores de desenvolvimento social se apresentarão de modo abstrato, desmaterializado, etc. Sem a referência ao trabalho (visto do ponto de vista da totalidade), o nexo entre ele e a ciência, ou entre trabalho e valor, etc., estaria interdito ao entendimento humano.

A partir da segunda metade do século XX, autores como Serge Mallet, P. Belleville, André Gorz, Jean Lojkin – e outros, como Adam Schaff, Nicos Poulantzas, Claus Offe, etc. – passarão a oferecer reflexões distintas entre si acerca do papel do trabalho na sociedade, bem como irão analisar de diferentes modos os efeitos das transformações na produção na organização societária. Traço comum em todos eles é a perda de importância do trabalho (manual) na reprodução da sociedade e um aumento do papel tecnológico, informacional, na produção. A adoção de tais teses, por conseguinte, irá repercutir enormemente no edifício teórico mais imponente de explicação teórica do modo de produção capitalista (o marxismo), provocando-lhe fortes abalos (mas, ao que tudo indica, não fissuras).

Uma outra corrente de pensamento, com menos reverberação nesse início de século, igualmente infensa ao papel estruturante do trabalho, passou a advogar que este não dispõe de centralidade trans-histórica e, também no bojo da ampliação do trabalho morto (maquinário), passou a qualificá-lo como um “cadáver a ser sepultado” (R. Kurz (1992), A. Jappe (2006), etc.). Para eles, a contradição principal da época vigente seria agora entre valor e vida social.

O balanço feito por Ricardo Antunes no final da segunda década do século XXI é revelador. A partir de estudos que dão conta das novas zonas de produção de mercadorias (notadamente, a Ásia, com destaque para Índia e China), as teses defendidas no último quartel do século anterior de fim do trabalho derruem diante do cenário aterrador em que se encontram os operários dessas regiões (12h diárias de trabalho na China, etc.). Fazendo um levantamento das novas modalidades de trabalho – pautadas pela flexibilidade, terceirização, informalidade, intermitência, uberização, pejotização, numa palavra, pela *precarização estrutural do trabalho* –, Antunes chega a terrível constatação de que estamos afundando ainda mais no quesito desmantelamento dos direitos do trabalho que a crise capitalista iniciada nos anos 1970 nos empurrou. Tratada de modo alvissareiro, a chamada Indústria 4.0 promete piorar ainda mais as já caóticas condições de labor da classe trabalhadora. Como explica Antunes em artigo no livro *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*, a principal consequência da implantação da Indústria 4.0 para os trabalhadores será a ampliação do trabalho morto via maquinário digital – inteligência artificial, impressora 3d, *big data*, etc. De acordo com ele, o processo tecnológico-organizacional-informacional eliminará de forma crescente “[...] uma quantidade incalculável da força de trabalho, a qual se tornará supérflua e sobranete, sem empregos, sem seguri-

dade social” (ANTUNES, 2020, p. 14). De modo que, restará ao trabalhador, parafraseando as palavras do próprio autor, o *privilégio da servidão*.

Agradecimento à CAPES.

Referências

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. 10. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BELLEVILLE, P. **Une Nouvelle Classe Ouvrière**. Paris: Rene Julliard, 1963.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Sociologia e sociedade pós-industrial: uma introdução**. São Paulo: Paulus, 2007.

CASTRO, R. Lukács: a reviravolta dos anos 1930 e a adoção da ontologia como expressão da filosofia de Marx. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 330-341, maio/ago. 2019.

CASTRO, R. **O trabalho como modelo da práxis social: os aspectos ‘in nuce’ do legado marxiano segundo o entendimento do último Lukács**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CASTRO, R. O debate sobre o trabalho em Marx. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2014.

CASTRO, R. O Serviço Social como processo de trabalho: Iamamoto x Lessa. **Revista Ideação**, Cascavel, v. 14, n. 1, 2012.

CASTRO, R. **A reprodução social na Ontologia de Lukács**: um escólio introdutório. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

CHILDE, G. **O que aconteceu na história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo: Boitempo, n. 17, 2011.

DURKHEIM, E. **Émile Durkheim**: sociologia. Organizador José Albertino Rodrigues e Coordenador Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.

ENGELS, F. O papel do trabalho na hominização do macaco. *In*: ENGELS, F. **Dialética da natureza**. trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 5. ed. São Paulo: Global, 1984.

FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GALLIE, D. **In search of the new working class**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1978.

GORZ, A. Pourquoi La Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 22 jun. 1990.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GORZ, A. **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HABERMAS, J. “Técnica e Ciência como ‘Ideologia’”. *In*: HABERMAS, J.. **OS PENSADORES**. São Paulo: Abril, 1975.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. **O serviço social na contemporaneidade**: *trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- INFRANCA, A. **Trabalho, indivíduo, história**: o conceito de trabalho em Lukács. São Paulo: Boitempo; Marília-SP: Oficina Universitária Unesp, 2014.
- JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.
- KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007a.
- LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho**: porque o Serviço Social não é Trabalho. Maceió: Edufal, 2007b.
- LESSA, S. **Para além de Marx?**: crítica às teses do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.
- LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.
- LUKÁCS, G. **Ontología del ser social**: El trabajo. Compilado por Antonino Infranca; Miguel Vedda. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2016.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização**: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LUKÁCS, G. **Pensamento vivido**: autobiografia em diálogo. São Paulo: Ad Hominem: Viçosa, MG: Ed. da Universidade Federal de Viçosa, 1999.

- MALLET, S. **La nouvelle classe ouvrière**. Paris: Éditions du Seuil, 1963.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. Tomos I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, K. **O leitor de Marx**. J. P. Netto (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MANDEL, E. **Iniciação à teoria econômica marxista**. 4. ed. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, C. **Trabalho & Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Rogério CASTRO

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Desde 2008, se dedica aos estudos da Filosofia Moderna e Contemporânea, com destaque para a obra do filósofo húngaro György Lukács. Tem investigação nas áreas de ontologia, trabalho e sociabilidade, reprodução social, Metodologia nas Ciências Sociais, Filosofia da Ciência, filosofia antiga, Serviço Social, sociologia do trabalho, etc. Possui artigos publicados em periódicos (revistas), jornais, blogs e sites especializados, etc.
